

## **Discurso de cumprimentos de fim de Ano**

**Excelentíssimos Secretários de Estado, Prezados Directores Nacionais, Responsáveis do Conselho das Empresas do Sector, de Institutos e de Empresas de Tutela, Caros colegas e convidados,  
Minhas senhoras e meus senhores,**

Estamos quase no final do exercício de mais um ano e como nos outros, 2018 é mais uma etapa no longo percurso que o país e todos nós temos pela frente, para atingirmos a satisfação na cobertura das necessidades internas da população e da economia no âmbito da Estratégia que o Executivo traçou para o nosso Sector para o vigente mandato.

Ao perspectivarmos este nosso encontro, questionamo-nos se deveríamos fazer, como tem sido tradição, um balanço ainda que menos pormenorizado, da actuação dos diferentes domínios dos sub-sectores da Energia e das Águas.

Acabamos por concluir que não é assim tão relevante fazermos novo balanço, tendo em conta que, realizamos, recentemente (no mês de Setembro, portanto há pouco mais de três meses) o nosso 8.º Conselho Consultivo, que decorreu na cidade de Saurimo. Nesse encontro, os diferentes responsáveis dos dois sub-sectores e os representantes das diferentes empresas e institutos analisaram, com a devida profundidade, o desempenho do sector, tendo concluído que houve um nível de cumprimento de 44% das acções preconizadas para o período 2013-2017, que 43% continuam em curso e que apenas 13% não tinham sido executadas.

Logo, 2018 está a ser ainda um ano de conclusão das acções que decorriam.

No sub-sector Eléctrico há vários projectos em curso, visando o aumento da capacidade da geração, transporte e distribuição de energia eléctrica, nomeadamente a conclusão de Laúca, onde foi recentemente colocada em operação a 4ª máquina das 6 previstas; no Ciclo Combinado do Soyo, foi também colocada, pela primeira vez no nosso País, a primeira turbina a vapor, das duas previstas.

Destaque igualmente para a ligação entre os Sistemas norte e centro, através do Waco Cungo e Huambo que está praticamente na sua fase final.

O reforço da capacidade de produção no Huambo e Menongue, que eliminaram os défices que existiam nessas cidades, bem como as centenas de milhares de novas ligações domiciliares em curso em Luanda, Cabinda, Benguela e Huambo, estão a permitir que se expanda o acesso à electricidade a milhões de pessoas que até então não tinham acesso à esse bem.

Os resultados destes importantes investimentos estão à vista, principalmente em Luanda, onde vivemos, até ao final de 2017, um longo período de crónicas restrições por défice de geração de energia, que julgamos ter sido definitivamente ultrapassado.

Em relação ao sub-sector das Águas, concluiu-se também haver avanços significativos no que toca a reabilitação, expansão e implementação de novos sistemas, assim como, a criação de pontos de monitorização do controlo de qualidade.

Podemos pois considerar que o período de 2013-2017 representou um marco da viragem e de deslocação do sector para frente, que permitiu que chegássemos neste final de 2018 com mais disponibilidade de energia e águas.

E, apesar do momento difícil que a economia atravessa, foram assegurados meios e recursos que permitiram o desenvolvimento e conclusão, quer de investimentos como acções de manutenção que permitiram assegurar um serviço de maior qualidade, comparativamente aos anos anteriores, ainda que tenhamos que reconhecer o impacto negativo gerado pela limitação dessa disponibilidade de recursos por via do OGE.

Caros Colegas,

Como é de domínio público, o petróleo continua a ser a principal fonte de receitas e de asseguramento da sustentabilidade do país mas, a instabilidade dos preços no mercado internacional, tem provocado reduções que afectam a arrecadação de recursos e, concomitantemente, a implementação das estratégias do Executivo para alavancar a economia, impulsionar o desenvolvimento e a diversificação da economia. E não se tem qualquer perspectiva de inversão desse quadro a curto ou médio prazo, pelo que teremos desafios importantes pela frente.

Um desses desafios, que é mesmo condição para nos mantermos vivos enquanto sector, será o de aumentarmos as nossas receitas por via das cobranças.

Temos que cobrar mais e sermos assim capazes de prestar um melhor serviço aos nossos clientes.

Complementarmente, temos de aligeirar as estruturas de custos das nossas empresas, particularmente com cargos de chefia desnecessário funções sobrepostas que levam a que a burocracia excessivas leve à um atraso significativo na resposta às mais diversas solicitações, bem como eliminar praticas nocivas que lesam o interesse colectivo e afectam os resultados económicos das empresas.

Nestes tempos de escassez que vivemos, é importante adoptar medidas visionárias e corajosas, à todos os níveis do nosso Sector. Assim, para além da questão da melhoria organizativa do funcionamento das empresas, que requer dos conselhos de administração uma nova dinâmica e visão, é necessário que ao nível local se desenhem estratégias, que conduzam ao aumento gradual da capacidade de oferta de serviços, do alargamento da rede de beneficiários, crescimento das receitas com o incremento das cobranças que, com rigor na gestão e maior pressão, podem cobrir acções de aumento das capacidades instaladas, manutenção e substituição de meios e equipamentos, num processo conjugado de descentralização que no espaço de dois anos terá enquadramento autónomo, no funcionamento das autarquias.

O investimento privado é uma das prioridades do Executivo e o Sector Eléctrico é daqueles que mais atrai esse investimento. Daí que seja necessário redobramos esforços no sentido de criarmos as condições necessárias para sua efectividade.

Renovo aqui o apelo feito no encerramento do nosso Conselho Consultivo, em Saurimo, sobre a necessidade de as nossas empresas aproximarem os seus serviços dos nossos clientes e população em geral. É preciso investir mais no estreitamento dessa relação, para que o consumidor entenda que tem ganhos ao pagar o que consome. Mas, ninguém quer pagar para ser mal servido, independentemente das razões objectivas ou subjectivas que condicionam o funcionamento e a prestação das empresas, pelo que se devem adoptar posturas e procedimentos de facilitação do diálogo, ou a comunicação efectiva entre as partes.

Essa abertura e proximidade também deve ser uma realidade no espaço intra – empresas, onde as chefias devem estar abertas ao diálogo com os seus próprios colaboradores e funcionários ou seus representantes, para se evitar o extremar de posições em defesa de interesses, que no fundo não são antagónicos, porque o funcionamento das empresas públicas visam o objectivo comum.

Os trabalhadores ou funcionários devem ter igualmente em linha de conta, que só com o seu engajamento se poderá alcançar a rentabilidade das empresas, que conduzirá também à melhoria da compensação salarial e das condições ou regalias sociais.

Não há outra saída, porque os dias do Estado previdência estão contados.

**Excelentíssimos Secretários de Estado,**

**Prezados Directores Nacionais Responsáveis do Conselho das Empresas do Sector, de Institutos e de Empresas de tutelas,**

**Caros colegas e convidados,**

## **Minhas senhoras e meus senhores,**

O País vive um período de mutação e de novos desafios. Impõem-se a cada um de nós uma atitude de maior empenho e de entrega nesta causa que é nossa, com sentido patriótico.

O nosso esforço deve ser também o de contribuirmos para impulsionar o processo de diversificação da economia, por forma a que nos libertemos dessa excessiva e nociva dependência do petróleo.

É nossos somos um sector fundamental para esse estágio, pelo que temos de ter capacidade para funcionar com um sector agregador de serviços e de competências e, concomitantemente gerador de recursos e não só como um sorvedouro de recursos públicos.

Temos de ser contribuintes para a resolução de questões que se põem noutros sectores fundamentais de âmbito social e em alguns casos, com grande preocupação, como é caso da saúde e educação, donde ainda recebemos muitas preocupações com a falta de água e luz em hospitais e escolas.

O nosso apelo vai no sentido de todos juntos, sentirmo-nos parte da solução dos problemas que o país enfrenta e não parte dos problemas.

Lamentavelmente, continuamos a assistir a actos de vandalismos contra equipamentos de distribuição de energia e água, que põem em risco os altos investimentos realizados pelo Estado, para satisfação de necessidades da nossa população.

As autoridades competentes têm feito o seu papel mas, é necessário que ao nível de cada bairro, de cada localidade, a nossa população esteja mais atenta, mais vigilante porque dessa acção, para além dos prejuízos materiais, também pode resultar a perda de vidas.

Não posso terminar este nosso encontro, sem exprimir os nossos sentimentos de eterna saudade e de reconhecimento para com todos os nossos colegas e amigos, que não

chegaram até aqui, dirigindo às suas famílias a expressão dos nossos mais profundos sentimentos de pesar.

Cada um delas colocou o seu tijolo na construção do edifício do sector e do nosso país.

Desejo, por fim, Feliz Natal e Ano Novo próspero a todos os dirigentes, responsáveis e funcionários do Ministério da Energia e Águas e empresas públicas do Sector, extensivos às suas famílias.

Muito obrigado

**Luanda, 21 de Dezembro de 2018.**